

//coleção/direito das novas tecnologias/

// GUIA DA LEI DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO //

MANUEL LOPES ROCHA, ANA MARGARIDA MARQUES,
ANDRÉ LENCASTRE BERNARDO





COLECÇÃO
SOFTWARE OBRIGATÓRIO

PARA TRABALHAR COM UM COMPUTADOR SÓ TEM QUE SABER CONTAR ATÉ 10!

▶ 10 FERRAMENTAS INFORMÁTICAS FUNDAMENTAIS



01. MICROSOFT WORD
02. WINZIP
03. MICROSOFT EXCEL
04. NERO
05. PAINT SHOP PRO
06. INTERNET EXPLORER
07. OUTLOOK EXPRESS
08. ADOBE READER
09. MCAFFEE VIRUSSCAN
10. MICROSOFT WINDOWS XP

Livros com actualização gratuita* durante 6 meses.

*A compra da caixa com os 10 livros dá direito a receber, gratuitamente, as actualizações aos livros num período de 6 meses. Válido para os cupões de actualização recebidos até Dezembro de 2004.



NOTA DE ENCOMENDA

PODE SER FOTOCOPIADA

Dirija as suas encomendas para:
CENTRO ATLÂNTICO, LDA
RUA DA MISERICÓRDIA, 76
1200-273 LISBOA

tel./fax: 808 20 22 21
www.centroatlantico.pt

Sem despesas de envio. As encomendas directas ao Centro Atlântico, para Portugal, não pagam custos de portes. Envios à cobrança são onerados em 2,5 € por encomenda. Envios internacionais são onerados em 10 €.

Os dados recolhidos são processados automaticamente pelo Centro Atlântico e destinam-se à gestão do seu pedido e à apresentação de futuras propostas. O seu fornecimento é facultativo.

É garantido, nos termos da Lei, o direito de acesso e de rectificação bem como de não divulgação a terceiros, devendo dirigir-se para tal ao Centro Atlântico. Se não desejar receber informações sobre os nossos produtos e serviços assinale aqui com uma cruz: ☐.



CENTROATLANTICO.PT

TÍTULO	PREÇO LANÇAMENTO	PREÇO
<input type="checkbox"/> CAIXA COM OS 10 LIVROS DA COLECÇÃO SOFTWARE OBRIGATÓRIO	79,65 €	88,50 €
Todos os preços já incluem IVA à taxa em vigor.		
Nome <input type="text"/>		
Empresa <input type="text"/>		
Morada <input type="text"/>		
Código Postal <input type="text"/>	Telefone <input type="text"/>	<input type="text"/>
E-Mail <input type="text"/>	Nº de Contribuinte <input type="text"/>	<input type="text"/>
Para formalizar a minha encomenda junto envio:		
<input type="checkbox"/> Envio cheque/Vale nº	No valor de	€ à ordem do Centro Atlântico.
<input type="checkbox"/> Prefiro que debitem no meu cartão de crédito.	Visa <input type="checkbox"/>	American Express <input type="checkbox"/> Mastercard <input type="checkbox"/>
Cartão em nome de <input type="text"/>		
Nº cartão de crédito <input type="text"/>		
Últimos 3 dígitos nas costas do cartão <input type="text"/>	Validade <input type="text"/>	<input type="text"/>

MANUEL LOPES ROCHA
ANA MARGARIDA MARQUES
ANDRÉ LENCASTRE BERNARDO

GUIA DA LEI DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO

(Decreto-Lei 7/2004, de 7 de Janeiro)



CENTRO **ATLANTICO**.PT

Portugal/2004

Reservados todos os direitos por Centro Atlântico, Lda.
Qualquer reprodução, incluindo fotocópia, só pode ser feita com autorização expressa dos editores da obra.

Guia da Lei do Comércio Electrónico

Colecção: Direito das Novas Tecnologias

Autores: MANUEL LOPES ROCHA, ANA MARGARIDA MARQUES,
ANDRÉ LENCASTRE BERNARDO

Direcção gráfica: Centro Atlântico

Revisão final: Centro Atlântico

Capa: António José Pedro

© Centro Atlântico, Lda., 2004

Av. Dr. Carlos Bacelar, 968 - Escr. 1 - A
4764-901 V. N. Famalicão

Rua da Misericórdia, 76 - 1200-273 Lisboa

Portugal

Tel. 808 20 22 21

geral@centroatlantico.pt

www.centroatlantico.pt

Design e Paginação: Centro Atlântico

Impressão e acabamento: Inova

1ª edição: Abril de 2004

ISBN: 972-8426-88-7

Depósito legal: 210.116/04

Marcas registadas: todos os termos mencionados neste livro conhecidos como sendo marcas registadas de produtos e serviços, foram apropriadamente capitalizados. A utilização de um termo neste livro não deve ser encarada como afectando a validade de alguma marca registada de produto ou serviço.

O Editor e os Autores não se responsabilizam por possíveis danos morais ou físicos causados pelas instruções contidas no livro nem por endereços Internet que não correspondam às *Home-Pages* pretendidas.

Apesar de terem sido tomadas todas as precauções, podem ter existido falhas humanas ou técnicas na transcrição da legislação ou nas suas referências. Por essas, ou por quaisquer outras falhas eventualmente existentes neste livro, quer o Editor quer os Autores, não assumem qualquer responsabilidade.

In memoriam

Bastonário José Manuel Coelho Ribeiro

Índice

PREÂMBULO	9
------------------	---

A “LEI DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO” – DECRETO-LEI 7/2004 – NOTAS	13
CAPÍTULO I – OBJECTO E ÂMBITO	17
CAPÍTULO II – PRESTADORES DE SERVIÇOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	23
CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EM REDE	41
CAPÍTULO IV – COMUNICAÇÕES PUBLICITÁRIAS EM REDE E MARKETING DIRECTO	56
CAPÍTULO V – CONTRATAÇÃO ELECTRÓNICA	69
CAPÍTULO VI – ENTIDADES DE SUPERVISÃO E REGIME SANCIONATÓRIO	86
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	93

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS: DECRETO-LEI 7/2004 – DIRECTIVA 2000/31/CE	97
--	----

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

DIRECTIVA 2000/31/CE, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 8 DE JUNHO DE 2000 (“DIRECTIVA SOBRE COMÉRCIO ELECTRÓNICO”)	103
DIRECTIVA 2002/58/CE, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 12 DE JULHO DE 2002 (“DIRECTIVA RELATIVA À PRIVACIDADE E ÀS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS”)	133
LEI 7/2003, DE 9 DE MAIO (LEI DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA)	157
DECRETO-LEI 7/2004, DE 7 DE JANEIRO (LEI DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO)	161
DECRETO-LEI 143/2001, DE 26 DE ABRIL (REGIME DOS CONTRATOS CELEBRADOS À DISTÂNCIA)	183

A TRANSPOSIÇÃO DA DIRECTIVA NOUTROS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

ESPAÑA: LEY 32/2002 DE 11 DE JULIO (SERVICIOS DE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN Y DE COMERCIO ELECTRÓNICO)	203
ITALIA: DECRETO LEGISLATIVO 9 APRILE 2003, N. 70	247
BÉLGICA 1/2: LOI 2003-03-11/31, 11 MARS 2003 (LOI SUR CERTAINS ASPECTS JURIDIQUES DES SERVICES DE LA SOCIÉTÉ DE L'INFORMATION VISÉS À L'ARTICLE 77 DE LA CONSTITUTION)	261
BÉLGICA 2/2: LOI 2003-03-11/32, 11 MARS 2003 (LOI SUR CERTAINS ASPECTS JURIDIQUES DES SERVICES DE LA SOCIÉTÉ DE L'INFORMATION)	265
LUXEMBURGO: LOI DU 14 AOÛT 2000 (RELATIVE AU COMMERCE ÉLECTRONIQUE)	281
REINO UNIDO: STATUTORY INSTRUMENT 2002 No. 2013, MADE 30 TH JULY 2002 (THE ELECTRONIC COMMERCE (EC DIRECTIVE) REGULATIONS 2002)	313
REPÚBLICA DA IRLANDA: STATUTORY INSTRUMENT No. 68 OF 2003, 24 TH FEBRUARY 2003 (EUROPEAN COMMUNITIES (DIRECTIVE 2000/31/EC) REGULATIONS 2003)	327
FRANÇA: PROJET DE LOI, TEXTE ADOPTÉ N° 235, 8 JANVIER 2004 (POUR LA CONFIANCE DANS L'ECONOMIE NUMERIQUE)	351

Preâmbulo

1. É bem verdade que os livros devem “falar” por si, sem necessidade de introduções que os “expliquem”. No entanto, por vezes, pressente-se a necessidade de se proceder ao alinhamento de algumas advertências.

Este livro só pretende ser um guia e isso, em si, é já bastante. Versa sobre uma lei que é polémica. Não admira que assim seja. A própria directiva de que é instrumento de integração no direito nacional já o foi, em seu dia. Mas o mesmo ocorreu noutros Estados-membros, desde logo em Espanha e, no presente, em França. A nossa lei não escapou a essa circunstância e não falta quem nela tenha encontrado algumas inconstitucionalidades. Por isso, a referida polémica não se extinguirá tão cedo...

Mas esta é uma discussão salutar. Afinal, uma das consequências da afamada globalização é, não só permitir que todos debatam estes temas, como estilhaar estigmas de “pensamento único” pelo acesso a muitas fontes do saber.

Como se disse, só se pretendeu fazer um guia e daí a acentuada neutralidade destas linhas. Esta noção significa que se entendeu poupar o leitor a um comentário muito detalhado, esse ficará para outra sede. Um pouco à moda da célebre apostilha ao não menos célebre “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco, procedeu-se à inventariação dos materiais úteis à compreensão desta lei, à sua contextualização, procurando que o leitor/ utilizador possa ter a sua própria leitura intertextual. Nesse sentido, tal como aquela apostilha, nada mais pretende ser do que uma obra instrumental. Cremos, passe a imodéstia, que se reveste de alguma utilidade. Só quem anda na vida prática é que pode verdadeiramente encarecer um instrumento assim que abre veredas complementares de análise, não prejudicando, claro, a leitura que cada um naturalmente fará.

Para o mal ou para o bem, vivemos, como nota Jean Baudrillard, na era da cultura hegemónica do “real-time” e disso se ressentem, naturalmente, o livro. Por isso, quanto a determinadas matérias e contextos, também a resposta deve ser quase instantânea.

Trata-se, pois, de um livro no tempo, um tempo em que a Comunidade Europeia conhece algumas dificuldades no seu processo legislativo, nesta área, onde se sucedem alguns atrasos, alguns fracassos, mesmo. É pena que, entre nós, pouco se debata este tema. Mas essa ausência de discussão já se começa a pagar, pois é notório que se assiste a uma fractura “digital”(?) entre os que estudam e se preparam, compreendendo que estas leis e os seus materiais complementares são exemplos de mundialização, e aqueles que, atavicamente, continuam à espera de “traduções” locais. Quem anda nas várias vertentes da vida prática pode compreender bem o alcance do que dizemos...

2. Dito isto, procuraram os autores, sempre que possível, enumerar, sem “esquecimentos” (in) úteis todos os títulos disponíveis, em Portugal, sobre a matéria. Todos são importantes para a análise síncrona que propomos. Se, eventualmente, algum título nos escapou, pedimos desculpa aos seus autores, prometendo a correcção tão cedo quanto possível. Mas, como é evidente, há áreas inteiras desprovidas de reflexão, entre nós, e, infelizmente, a jurisprudência é pobremente escassa.

Como dissemos, esta é uma lei fruto de um processo mundial, não apenas de expressão europeia, resulta de um complexo “jogo de espelhos” e de harmonizações mais ou menos obrigatórias entre Estados dos dois lados do Atlântico. O leitor tem à sua disposição um conjunto vasto de elementos que fazem o passado, a actualidade e quiçá o futuro desta lei. Aqui tem disponíveis exemplos jurisprudenciais, subsídios de direito comparado, leis de outros Estados-membros, *links* para locais onde poderá aprofundar e continuar a seguir estas matérias, sendo que, aqui e ali, deixamos um ou outro comentário incontornável e meramente auxiliar. Apesar da neutralidade necessária a um guia de leitura, onde os autores se devem, um tanto, “anular”, para deixar que “falem” os materiais comple-

mentares ou auxiliares, também o leitor encontrará a crítica ou o local onde a consultar. Esta é uma prática rara, entre nós, onde, muitas vezes, se evita a incomodidade do debate. Mas, tarde ou cedo, também esse estigma da nossa pequenez será varrido. Nada é imune aos ventos de mudança.

Se bem que com escassa esperança, bom seria que em Portugal se assistisse a uma relativa proliferação de leituras desta lei, tal como aconteceu em Espanha e em Itália.

3. Este pequeno guia só existe porque os autores beneficiaram de ajudas magníficas que aqui gostariam de referir. Assim, é devido um agradecimento profundo aos membros da secção de Direito das Novas Tecnologias e Comércio Electrónico da Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados. Sem eles, nada seria possível, sendo que neles é difícil descortinar onde começa e acaba a excepcional dimensão técnica e a não menos excepcional dimensão humana.

Por outro lado, é tempo de começar a dizer que o Bastonário José Miguel Júdice teve um mandato notável, em tempos muito difíceis, e que em muito beneficiamos do seu entusiasmo, compreensão e grande amizade. Este agradecimento é extensivo ao Dr. João Miguel Barros, pelos mesmos motivos.

4. Quando estávamos a ultimar este Guia, fomos surpreendidos pela inesperada notícia do falecimento do Bastonário Coelho Ribeiro, a cuja memória dedicamos este livro. Há poucos dias e a seu convite, os autores deste livro elaboraram um pequeno seminário sobre Direito e Sociedade da Informação numa Pós-Graduação em Gestão e Direito das Empresas de que o Bastonário Coelho Ribeiro foi inspirador e um dos mais entusiasmados responsáveis.

Lá onde estiver, sabemos que o Bastonário Coelho Ribeiro perdoará, com a sua proverbial bondade, a modéstia destas linhas que, sentidamente, lhe dedicamos.

Lisboa, Março de 2004

Os Autores

DECRETO-LEI N.º 7/2004,

de 7 de Janeiro

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno.

1 - O presente diploma destina-se fundamentalmente a realizar a transposição da Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000.

A directiva sobre comércio electrónico, não obstante a designação, não regula todo o comércio electrónico: deixa amplas zonas em aberto ou porque fazem parte do conteúdo de outras directivas ou porque não foram consideradas suficientemente consolidadas para uma harmonização comunitária ou, ainda, porque não carecem desta. Por outro lado, versa sobre matérias como a contratação electrónica, que só tem sentido regular como matéria de direito comum e não apenas comercial.

Na tarefa de transposição, optou-se por afastar soluções mais amplas e ambiciosas para a regulação do sector em causa, tendo-se adoptado um diploma cujo âmbito é fundamentalmente o da directiva. Mesmo assim, aproveitou-se a oportunidade para, lateralmente, versar alguns pontos carecidos de regulação na ordem jurídica portuguesa que não estão contemplados na directiva.

A transposição apresenta a dificuldade de conciliar categorias neutras próprias de uma directiva, que é um concentrado de sistemas jurídicos diferenciados, com os quadros vigentes na nossa ordem jurídica. Levou-se tão longe quanto possível a conciliação da fidelidade à directiva com

a integração nas categorias portuguesas para tornar a disciplina introduzida compreensível para os seus destinatários. Assim, a própria sistemática da directiva é alterada e os conceitos são vertidos, sempre que possível, nos quadros correspondentes do direito português.

2 - A directiva pressupõe o que é já conteúdo de directivas anteriores. Particularmente importante é a directiva sobre contratos à distância, já transposta para a lei portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 143/2001, de 26 de Abril. Parece elucidativo declarar expressamente o carácter subsidiário do diploma de transposição respectivo. O mesmo haverá que dizer da directiva sobre a comercialização à distância de serviços financeiros, que está em trabalhos de transposição.

Uma das finalidades principais da directiva é assegurar a liberdade de estabelecimento e de exercício da prestação de serviços da sociedade da informação na União Europeia, embora com as limitações que se asinalam. O esquema adoptado consiste na subordinação dos prestadores de serviços à ordenação do Estado membro em que se encontram estabelecidos. Assim se fez, procurando esclarecer quanto possível conceitos expressos em linguagem generalizada mas pouco precisa como «serviço da sociedade da informação». Este é entendido como um serviço prestado a distância por via electrónica, no âmbito de uma actividade económica, na sequência de pedido individual do destinatário - o que exclui a radio-difusão sonora ou televisiva.

O considerando 57) da Directiva n.º 2000/31/CE recorda que «o Tribunal de Justiça tem sustentado de modo constante que um Estado membro mantém o direito de tomar medidas contra um prestador de serviços estabelecido noutro Estado membro, mas que dirige toda ou a maior parte das suas actividades para o território do primeiro Estado membro, se a escolha do estabelecimento foi feita no intuito de iludir a legislação que se aplicaria ao prestador caso este se tivesse estabelecido no território desse primeiro Estado membro».

3 - Outro grande objectivo da directiva consiste em determinar o regime de responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços. Mais precisamente, visa-se estabelecer as condições de irresponsabilidade destes prestadores face à eventual ilicitude das mensagens que disponibilizam.

Há que partir da declaração da ausência de um dever geral de vigilância do prestador intermediário de serviços sobre as informações que transmite ou armazena ou a que faculta o acesso. Procede-se também ao

enunciado dos deveres comuns a todos os prestadores intermediários de serviços.

Segue-se o traçado do regime de responsabilidade específico das actividades que a própria directiva enuncia: simples transporte, armazenagem intermediária e armazenagem principal. Aproveitou-se a oportunidade para prever já a situação dos prestadores intermediários de serviços de associação de conteúdos (como os instrumentos de busca e as hiperconexões), que é assimilada à dos prestadores de serviços de armazenagem principal.

Introduz-se um esquema de resolução provisória de litígios que surjam quanto à licitude de conteúdos disponíveis em rede, dada a extrema urgência que pode haver numa composição *prima facie*. Confia-se essa função à entidade de supervisão respectiva, sem prejuízo da solução definitiva do litígio, que só poderá ser judicial.

4 - A directiva regula também o que se designa como comunicações comerciais. Parece preferível falar de «comunicações publicitárias em rede», uma vez que é sempre e só a publicidade que está em causa.

Aqui surge a problemática das comunicações não solicitadas, que a directiva deixa em grande medida em aberto. Teve-se em conta a circunstância de entretanto ter sido aprovada a Directiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas (directiva relativa à privacidade e às comunicações electrónicas), que aguarda transposição. O artigo 13.º desta respeita a comunicações não solicitadas, estabelecendo que as comunicações para fins de marketing directo apenas podem ser autorizadas em relação a destinatários que tenham dado o seu consentimento prévio. O sistema que se consagra inspira-se no aí estabelecido. Nessa medida este diploma também representa a transposição parcial dessa directiva no que respeita ao artigo 13.º (comunicações não solicitadas).

5 - A contratação electrónica representa o tema de maior delicadeza desta directiva. Esclarece-se expressamente que o preceituado abrange todo o tipo de contratos, sejam ou não qualificáveis como comerciais.

O princípio instaurado é o da liberdade de recurso à via electrónica, para que a lei não levante obstáculos, com as excepções que se apontam. Para isso haverá que afastar o que se oponha a essa celebração. Particularmente importante se apresentava a exigência de forma escrita. Retoma-se

a fórmula já acolhida no artigo 4.º do Código dos Valores Mobiliários que é ampla e independente de considerações técnicas: as declarações emitidas por via electrónica satisfazem as exigências legais de forma escrita quando oferecem as mesmas garantias de fidedignidade, inteligibilidade e conservação.

Outro ponto muito sensível é o do momento da conclusão do contrato. A directiva não o versa, porque não se propõe harmonizar o direito civil. Os Estados membros têm tomado as posições mais diversas. Particularmente, está em causa o significado do aviso de recepção da encomenda, que pode tomar-se como aceitação ou não.

Adopta-se esta última posição, que é maioritária, pois o aviso de recepção destina-se a assegurar a efectividade da comunicação electrónica, apenas, e não a exprimir uma posição negocial. Mas esclarece-se também que a oferta de produtos ou serviços em linha representa proposta contratual ou convite a contratar, consoante contiver ou não todos os elementos necessários para que o contrato fique concluído com a aceitação.

Procura também regular-se a chamada contratação entre computadores, portanto a contratação inteiramente automatizada, sem intervenção humana. Estabelece-se que se regula pelas regras comuns enquanto estas não pressupuserem justamente a actuação (humana). Esclarece-se também em que moldes são aplicáveis nesse caso as disposições sobre erro.

6 - Perante a previsão na directiva do funcionamento de mecanismos de resolução extrajudicial de litígios, inclusive através dos meios electrónicos adequados, houve que encontrar uma forma apropriada de transposição deste princípio.

As muitas funções atribuídas a entidades públicas aconselham a previsão de entidades de supervisão. Quando a competência não couber a entidades especiais, funciona uma entidade de supervisão central: essa função é desempenhada pela ICP-ANACOM. As entidades de supervisão têm funções no domínio da instrução dos processos contra-ordenacionais, que se prevêem, e da aplicação das coimas respectivas.

O montante das coimas é fixado entre molduras muito amplas, de modo a serem dissuasoras, mas, simultaneamente, se adequarem à grande variedade de situações que se podem configurar.

Às contra-ordenações podem estar associadas sanções acessórias; mas as sanções acessórias mais graves terão necessariamente de ser confirmadas em juízo, por iniciativa oficiosa da própria entidade de supervisão.

Prevêem-se providências provisórias, a aplicar pela entidade de supervisão competente, e que esta pode instaurar, modificar e levantar a todo o momento.

Enfim, é ainda objectivo deste diploma permitir o recurso a meios de solução extrajudicial de litígios para os conflitos surgidos neste domínio, sem que a legislação geral traga impedimentos, nomeadamente à solução destes litígios por via electrónica.

Foi ouvida a Comissão Nacional de Protecção de Dados, o ICP - Autoridade Nacional de Comunicações, o Banco de Portugal, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Instituto de Seguros de Portugal, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, o Instituto do Consumidor, a Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores, a Associação Fonográfica Portuguesa e a Sociedade Portuguesa de Autores.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto e âmbito

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno (Directiva sobre Comércio Electrónico) bem como o artigo 13.º da Directiva n.º 2002/58/CE, de 12 de Julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e a protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas (Directiva relativa à Privacidade e às Comunicações Electrónicas).

FONTE

Não se pode aqui falar numa fonte imediata, até porque este art.º 1.º diverge, um tanto, do art.º 1.º da Lei n.º7/2003, de 9 de Maio que é a lei de autorização legislativa de onde brotou este diploma legal. Aqui, o legislador enuncia quais os parâmetros juscomunitários que se propõe transpor. Mas cfr. infra a nota sobre este art.º1.º

LEGISLAÇÃO CONEXA

Directiva 2000/31/CE (Directiva sobre Comércio Electrónico)

Cf. infra, pág. 103.

<http://www.europa.eu.int/eur-lex/pt/index.html>

Cf. infra, pág. 133.

Directiva 2002/58/CE (Directiva relativa à Privacidade e às Comunicações Electrónicas)

<http://www.europa.eu.int/eur-lex/pt/index.html>

Lei 7/ 2003, de 9 de Maio (Lei de Autorização Legislativa)

“Autoriza o Governo a legislar sobre certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho”.

Cf. infra, pág. 157.

DOCTRINA

Sobre o escopo da directiva, cfr., por todos, Mireille Antoine, *L’Objet et le domaine de la directive sur le commerce électronique* e, também, Étienne Montero, *Réflexions de synthèse – L’Intégration de la directive sur le commerce électronique en Droit Interne*, in *Le Commerce Électronique sur les rails? Analyse et proposition de mise en oeuvre de la directive sur le commerce électronique*, CRID, Bruylant, Bruxelles, 2001

e, ainda, Javier Cremades em comentário ao artigo homólogo da lei espanhola in *La Nueva Ley de Internet – (Comentários a la Ley 34/2002, de 11 de julio, de Servicios de la Información y de Comercio Electrónico)*, Coordinadores Javier Cremades, José Luís Gonzalez Montes, La Ley, Madrid, Abril 2003

Sobre a lei italiana que operou a transposição da Directiva, cfr C. Rossello, G. Finocchiaro e E. Tosi (*a cura di*), *Commercio Elettronico, Documento Informatico e Firma Digitale – La Nuova Disciplina*, G. Giappichelli Editore, Torino, 2003

Emilio Tosi (*a cura di*), *Commercio elettronico e servizi della società dell'informazione-Le regole giuridiche del mercato interno e comunitario: commento al D.Lgs.9 Aprile 2003, n.70*, Giuffrè Editore, Milano, 2003

Cfr. infra a secção relativa à transposição desta directiva noutros Estados

Para uma análise anterior e relativa a esta directiva, ainda em fase de proposta, cfr. Alexandre Libório Dias Pereira, *Comércio Electrónico na Sociedade da Informação: Da Segurança Técnica à Confiança Jurídica*, Almedina, Coimbra, 1999

No mesmo sentido, cfr. Rosa Julià-Barceló, Étienne Montero, Anne Salaun, *La Proposition de Directive Européenne sur le Commerce Électronique: Questions Choiesies*, Commerce électronique:Le Temps des Certitudes, CRID, Namur, Bruylant, Bruxelles, 2000

Para análises mais gerais sobre este tema, cfr. Le commerce électronique, aspects juridiques, *sous la direction de Alain Bensoussan*, Editions Hermes, Paris, 1998

Droit des technologies de L'Information, Regards Prospectifs, *Sous la direction de Étienne Montero, À l'occasion des vingt ans du CRID*, CRID, Namur, Bruylant, Bruxelles, 1999

Patrick Thieffry, *Commerce électronique: droit international et européen*, LITEC, Paris, 2002

Javier Ribas Alejandro, *Aspectos Jurídicos del Comercio Electrónico en Internet*, 2ª edição, Thomson-Arazandi, Navarra, 2003

Ian Walden, *Regulating Electronic Commerce: Europe in the Global Economy*, O Comércio Electrónico – Estudos Jurídico-Económicos, Almedina, Coimbra, 2002;

Mário Castro Marques, *O Comércio Electrónico-Algumas Questões Jurídicas*, idem, ibidem

NOTAS

Cfr. Crítica do primeiro anteprojecto do Ministério da Justiça e projecto alternativo da Ordem dos Advogados elaborado por Manuel Lopes Rocha e Pedro Amorim, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 62, II-Lisboa, Abril de 2002, pág.533 e seguintes.

Cfr. Diário da Assembleia da República I – Série, n.º 102, 21 de Março de 2003, págs. 4296 a 4301 – Discussão da Proposta de Lei 44/IX (Lei 7/2003, de 9 de Maio).

http://debates.parlamento.pt/r3/dar/search5_dar.asp

Cfr. Relatório, Conclusões e Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 44/IX, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, 19 de Março de 2003 (Relator: Deputado José Magalhães).

Parecer 6/2003 da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sobre a proposta de lei n.º 44/IX (Lei de autorização legislativa).

Parecer 13/2003 da Comissão Nacional de Protecção de Dados, sobre o projecto de decreto-lei que transpõe a Directiva 2000/31/CE

<http://www.cnpd.pt>

A transposição isolada do art.º 13.º da Directiva n.º2002/58/CE, sem autorização legislativa da Assembleia da República, é um dos aspectos da aludida inconstitucionalidade desta lei que foi objecto do parecer fundamentado da secção de Direito das Novas Tecnologias e Comércio Electrónico da Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados.

<http://www.oa.pt/genericos/detalheArtigo.asp?idc=7&scid=18718&ida=18719>

Artigo 2.º

Âmbito

1 - Estão fora do âmbito do presente diploma:

- a) A matéria fiscal;
- b) A disciplina da concorrência;
- c) O regime do tratamento de dados pessoais e da protecção da privacidade;
- d) O patrocínio judiciário;
- e) Os jogos de fortuna, incluindo lotarias e apostas, em que é feita uma aposta em dinheiro;
- f) A actividade notarial ou equiparadas, enquanto caracterizadas pela fé pública ou por outras manifestações de poderes públicos.

2 - O presente diploma não afecta as medidas tomadas a nível comunitário ou nacional na observância do direito comunitário para fomentar a diversidade cultural e linguística e para assegurar o pluralismo.

FONTE

Artigo 1.º, n.º 5 da Directiva.

DOCTRINA

Sobre o âmbito das exclusões, cfr. Mireille Antoine, *L'Objet et le domaine de la directive sur le commerce électronique* in *Le Commerce*